

Continuamos na mesma...

O que levou anteontem o ministro Eliseu Resende ao Senado? O desejo de reafirmar sua inocência nos meandros de um processo em que não foi, aliás, o condenado, por se ter atribuído a culpa ao DNER? A defesa do IPMF, tributo que, bom construtor de estradas, o ministro considera apenas um tapaburaco? Ou a apresentação, aos senadores, de um plano econômico que ele mesmo reconhece não ter ainda elaborado, por falta de tempo? Talvez (mais uma hipótese) tenha o presidente Itamar Franco considerado a necessidade de o seu ministro (depois de um ensaio a dois) utilizar o palco da Câmara Alta para convencer os agentes econômicos de que se mudara um titular, mas não a política. O objetivo principal dessa encenação — na qual o ministro se saiu muito bem, mineiramente falando — foi a oficialização da reconciliação do presidente da República com a classe política, o que, mediante distribuição de cargos para atender aos pedidos dos “aliados” do sr. Itamar Franco, já se articulava intencionalmente. A longa sessão do Senado pode ter sido proveitosa ao presidente, mas não acreditamos que dela tenham surgido razões capazes de dissipar a incerteza que vem dominando as atividades dos agentes econômicos.

O FMI já havia pedido ao ex-ministro Paulo Haddad um programa que permitisse avaliar as possibilidades reais de um ajuste da economia brasileira. Mas o ministro Eliseu Resende limitou-se a apresentar ao Sena-

do uma Carta de Intenção que só a custo de boa vontade poderá merecer o nome de Plano Econômico. Os 15 pontos do chamado “programa” do novo ministro da Fazenda dificilmente encontrarão críticas, por traduzirem simplesmente objetivos sensatos. Falta apenas explicitar como se poderá chegar à sua efetiva execução. Ninguém pode ser contrário a uma retomada seletiva do crescimento, ainda que se possa desejar a sua generalização.

Teve razão o ministro ao dizer, por exemplo, que obrigar o Tesouro a gastar apenas o que vai arrecadar representa árdua tarefa, uma verdadeira revolução. Convém lembrar que em fevereiro tal princípio não foi respeitado. A parte mais importante do seu “programa” diz respeito ao compromisso do governo de que, no combate à inflação, não se adotará nenhuma medida que envolva quebra das relações contratuais. Mas se sabe que um ministro da Fazenda dispõe de alvarás para mentir, pelo que, mesmo depois de condenar o congelamento, confisco, prefixação e dolarização, poderá um dia justificar a aplicação dessas medidas...

Quanto à taxa de juros, era fácil imaginar o compromisso do sr. Eliseu Resende: os juros continuarão positivos, mas não exagerados, em atenção a pedido do presidente Itamar Franco. Entretanto, parece-nos difícil assumir compromissos em questão tão



delicada que exige grande flexibilidade na condução da política.

Seria possível analisar cada um dos 15 pontos enunciados pelo ministro, acrescentando-lhes um “mas”, por não se ter explicitado como atingir objetivos louváveis, que podem entretanto apresentar contradição com outros pontos do mesmo programa. Admitindo-se que os 15 pontos do programa possam ser logo aplicados, nada permite afirmar, porém, que se consiga rapidamente uma queda sensível da inflação. Pode-se perguntar se esse “approach” gradualista, muito discreto quando envolve política de renda essencial para conter as pressões inflacionárias, será eficiente. Na realidade, não dispomos ainda de um plano, e nada permite pensar que no dia em que for concluído agradará ao presidente Itamar Franco, tão desejoso de resultados na luta contra a inflação e na retomada do crescimento econômico, o que dificilmente pode ocorrer a um tempo.

S. Exa. anunciou há dias aos seus interlocutores que teríamos um plano dentro de uma quinzena, mas seu novo ministro afirma que não recebeu prazo para apresentá-lo. Persiste, assim, um clima de expectativa que permite vida fácil aos especuladores e favorece a remarcação preventiva dos preços, para alento da fogueira inflacionária. Pode-se admitir que, para poder apresentar seu pla-

no, precisa o governo conhecer o Orçamento Geral da União de 1993, até agora não votado, e saber se conseguirá, ou não, o seu IPMF, do qual parece depender hoje todo o futuro do Brasil. Mas é questionável a necessidade de um plano enquanto necessitamos apenas de uma definição clara de uma política que permita a adoção de série de medidas coerentes entre si.

Quando nos convenceremos de que o tempo dos “pacotes” acabou, teremos talvez condições de debelar a inflação, condição indispensável à volta do crescimento. Mas enfrentamos ainda o maior problema da conjuntura, isto é, a governabilidade do País. O presidente da República continua, acolitado pelo grupo de Juiz de Fora, a centralizar todas as decisões. Aplica o presidencialismo de maneira imperial, negando qualquer autonomia aos seus ministros, sensível apenas aos reclamos do clã palaciano. O Congresso, por sua vez, persiste na sua irresponsabilidade, aceitando com pasmosa facilidade a filosofia do que “é dando que se recebe”. Entra-se também numa nova fase — melhor dizer numa segunda etapa da premiação política — mediante distribuição de cargos, para consolidar uma maioria que, nessa base, não apresenta solidez alguma. Depois do longo debate de anteontem no Senado, nada mudou, a não ser as aparências. Num país em que se compram, a peso de favores, os políticos, não se pode esperar o surgimento de um programa econômico coerente.